

PARECER DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO  
REFERENTE A TOMADA DE CONTAS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL  
EXERCÍCIO 2015

Analisando as contas do Poder Legislativo do Município de Dom Pedrito, cabendo destacar que:  
- conforme preceitua e determina a Constituição Federal em seu artigo 74 e Lei Municipal nº 1440 de 05 de dezembro de 2007

Os limites de GASTOS DO PODER LEGISLATIVO do Município podem ser visualizados nos quadros a seguir:

Despesas com pessoal do Poder Legislativo (LRF art. 20, III, "a").

Despesa com Pessoal	Valor em R\$	s/ RCL
Receita Corrente Líquida (R C L)	74.442.066,87	100%
Desp. c/Pessoal Computáveis ( últimos 12 meses)	2.538.676,61	3,41%
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, II da LRF	4.019.871,61	5,4%
Limite prudencial cfe art. 22, § único da LRF	4.243.197,81	5,7%
Limite legal cfe art. 20, III, "b" da LRF	4.466.524,01	6%

O limite de despesa com pessoal ficou em 2,52%, portanto, abaixo do limite de alerta, o que coloca o Poder Legislativo Municipal em conformidade com as despesas com pessoal.

Limite da despesa com remuneração dos Vereadores (art. 29, VII da CF).

Despesa com Pessoal	Valor em R\$	% s/ RT
Receita total do Município	70.391.031,82	100%
Remuneração dos Vereadores	844.947,24	1,20%
Limite legal	3.519.551,59	5%

GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO (art. 59, VI da LRF e art. 29-A da CF).

Receita efetivamente realizada no exercício anterior cfe art. 29 da C F.	64.940.787,77
População do Município. Fonte IBGE	39.920 hab
Limite legal para gastos totais (3,5% a7% s/RREA)	4.545.855,14
Gastos Totais do Poder Legislativo Municipal	3.409.667,40

Despesas com folha de pagamento do Poder Legislativo (art. 29-A, § 1º da CF).

Limite legal para gastos totais	4.545.855,14	100%
Limite para Folha de Pagamento	3.182.098,60	70%
Despesas com folha de pagamento	2.867.029,65	63,07%

Quanto à inscrição de restos a pagar do Poder Legislativo Municipal, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa revela que o e o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$168,40 (cento sessenta oito reais e quarenta centavos). Este valor foi inscrito em restos a

pagar processados. Confrontando-se tais empenhos, somados às demais obrigações a pagar do Poder Legislativo, com as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal o seguinte quadro:

Recursos Disponíveis da Câmara x Obrigações a pagar em 31/12/2015

RECURSO	DISP 31/12	A PAGAR 31/12	SALDO
01 – Livres	168,40	168,40	0,00

Analisando-se o quadro acima, verifica-se a suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar.

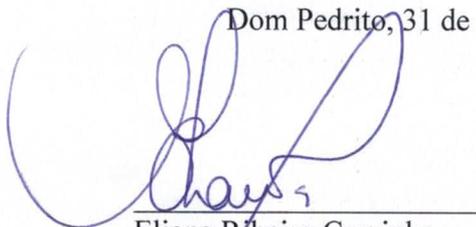
Na avaliação feita pelo Controle Interno, o Poder Legislativo, no que diz respeito à Receita Corrente Líquida de arrecadação no mês referência e nos onze anteriores no valor R\$ 74.442.066,87, no que tange despesa líquida com pessoal constatamos que houve prudência nos gastos e verificamos que para os inscritos em restos a pagar processados existe a suficiência financeira.

Os gastos totais apresentaram o índice de 5,25% sobre RREA num total de R\$ 64.940.787,77 (sessenta quatro milhões, novecentos quarenta mil, setecentos e oitenta sete reais e setenta e sete centavos), cumprindo o limite legal estabelecido no art 29 da CF, em atendimento no disposto no art. 59, VI da LRF.

Concluimos que houve prudência nas aplicações dos recursos do Poder Legislativo Municipal, considerando a real importância no controle de gastos públicos.

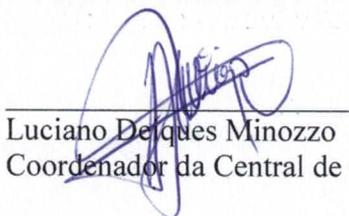
É o parecer.

Dom Pedrito, 31 de março de 2016.



Eliane Ribeiro Caminha  
Presidente da Central de Controle Interno

Rodolfo Pedroso Frantz  
Coordenador da Central de Controle Interno



Luciano Deques Minozzo  
Coordenador da Central de Controle Interno